



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Edital nº 90.034/2026/2026 - CPL

São Luís - MA, 02 de junho de 2026

EDITAL DE LICITAÇÃO

DADOS DA LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 90.034/2026 UASG: 980921	DATA DE ABERTURA: 22/06/2026 HORÁRIO: 09h30min. SÍTIO: https://www.gov.br/compras/pt-br
------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 15901.019314/2025	ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS
OBJETO: Aquisição de Materiais Permanentes destinados à Estruturação do Ambulatório Veterinário da UVZ/SVES/SEMUS.	
VALOR ESTIMADO: R\$ 22.792,44 (vinte e dois mil, setecentos e noventa e dois reais e quarenta e quatro centavos).	
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO: Verificar Item 11 do Termo de Referência – Anexo I, e item 19 do Edital.	QUANTIDADES DE ITENS/GRUPOS: 2 LOTES (04 ITENS)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE	FORMA DE ADJUDICAÇÃO: POR LOTE
FORMA DE FORNECIMENTO: ÚNICO	MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Até o dia 17/06/2026 para o endereço membro013cpl@gmail.com	PERMITE OFERTA DE QUANTIDADE INFERIOR: Não, conforme Item XX do Termo de Referência
PRAZO DE ENVIO DE PROPOSTA AJUSTADA: duas (02) horas , a contar da solicitação.	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: R\$ 0,01 (um centavo)
A fase de habilitação NÃO será anterior à fase de lances.	

ITEM EXCLUSIVO ME/EPP	LIC. AMPLA PARTICIPAÇÃO	COTA RESERVADA ME/EPP	PART. COOPERATIVA	PART. CONSÓRCIO	EXIGE AMOSTRA	PROVA DE CONCEITO
SIM (LOTES 1 e 2)	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

Lei Municipal nº 4.537/2005, alterada pela Lei Municipal nº 7.690, de 01 de novembro de 2024 (Sistema Integrado de licitação);

Decreto Municipal nº 60.155/2024 (Processos de Planejamento e Licitações de Bens, Serviços e Obras);

Decreto Municipal nº 61.092/2024 (Dispõe Sobre a Organização e Funcionamento do Sistema Integrado de Licitação do Município de São Luís);

Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);

Lei Complementar nº 123/2006 (ME/EPP);

Decreto Federal nº 8.538/2015 (ME/EPP/Agricultores Familiares/Produtores Rurais Pessoa Física/MEI/Sociedades Cooperativas);

Decreto Federal nº 11.462/2023 (Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia);

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 (Sustentabilidade Ambiental);

Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26/04/2018 (SICAF);

Instrução Normativa DREI/SGD/ME nº 82, de 19/02/2021 (Autenticação dos Livros Contábeis ou não); Instrução Normativa RFB nº 2110/2022 (Tributação Previdenciária e Arrecadação das Contribuições Sociais);

Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992 (Improbidade Administrativa);

Lei Federal nº 11.101, de 09/02/2005 (Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência);

Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil);

Demais Normas Regulamentares, Princípios Correlatos pertinentes à espécie e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

O Pregão será realizado em sessão pública *on line* por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site <http://gov.br/compras/pt-br/>

Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no **Sistema Eletrônico – Comprasnet**, daqui por diante, denominado **Sistema**, e na documentação relativa ao certame.

MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO E CONSULTA DO EDITAL:

O edital poderá ser retirado gratuitamente nos sítios: www.gov.br/compras/pt-br/ e <https://www.saoluis.ma.gov.br/portal/editais/1> - “Central de Licitações”.

Toda e qualquer comunicação com o(a) Pregoeiro(a) será realizada por meio eletrônico, utilizando o e-mail membro013cpl@gmail.com ou quando da sessão pública de disputa do certame, por intermédio do *chat* do **Sistema**, sendo que não serão prestadas informações por contato telefônico ou outro endereço eletrônico não indicado neste Edital.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

2. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de expediente na Central Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Luís do Maranhão – CPL/PMSL/MA;

3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo(a) Pregoeiro(a).

ASSUNTOS	ITENS
DO PREÂMBULO	1.
DO OBJETO E VALOR ESTIMADO	2.
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	3.
DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL	4.
DO CREDENCIAMENTO	5.
DAS PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	6.
DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7.
DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS	8.
DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	9.
DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS	10.
DA FORMULAÇÃO DE LANCES	11.
DO MODO DE DISPUTA	12.
DA DESCONEXÃO	13.
DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO	14.
DO CRITÉRIO DE DESEMPATE	15.
DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	16.
DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS	17.
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE	18.
DA AMOSTRA	19.
DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	20.
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVO	21.
DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	22.
DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO	23.
DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO	24.
DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS	25.
DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO	26.
DO TERMO DE CONTRAÇÃO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	27.
DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	28.
DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	29.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	30.

SÃO PARTES INTEGRANTES DESTES EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I – Termo de Referência e seus Apêndices (Id. nº)

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços (Id. nº)

ANEXO III – Minuta de Contrato (Id. nº)

ANEXO IV – Estudo Técnico Preliminar (Id. nº)

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

Ítalo Moisés Ferreira Salgado
Assessor de Procedimentos Licitatórios CPL/PMSL/MA
Portaria nº 03/2026 – CPL/PRES/GAB

1. DO PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO**, por meio da Central Permanente de Licitação - CPL, inscrita no CNPJ sob o nº 06.307.102/0001-30, sediada na Avenida dos Holandeses, nº 1, Quadra 36, Lote 1 a 14, Shopping do Automóvel Holandeses, loja 97, Calhau, São Luís-MA, CEP 65.071-380, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. A licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo necessário que os licitantes interessados providenciem o credenciamento junto ao **Comprasnet** através do site www.gov.br/compras/pt-br/.

2. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

2.1. A presente licitação visa a escolha da proposta mais vantajosa, que tem como objeto a **Aquisição de Materiais Permanentes destinados à Estruturação do Ambulatório Veterinário da UVZ/SVES/SEMUS**, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I e demais documentos anexos a este Edital.

2.2. A licitação contemplará 2 LOTES (4 ITENS), conforme **Planilha Descritiva e Orçamentária, Apêndice I do Termo de Referência – Anexo I** deste Edital.

2.3. O custo estimado da contratação é de **R\$ 22.792,44 (vinte e dois mil, setecentos e noventa e dois reais e quarenta e quatro centavos)**.

2.4. **NA HIPÓTESE DE HAVER DIFERENÇA NA DESCRIÇÃO DO OBJETO REGISTRADO NO SISTEMA E NAS ESPECIFICAÇÕES CONSTATES NO ANEXO I, DESTE EDITAL, DEVERÁ SER CONSIDERADA A DO EDITAL.**

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos para atender as despesas decorrentes da aquisição serão alocados conforme a seguinte classificação:

- a)** Unidade: 15/901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
- b)** Projeto Atividade: 2161 – VIGILÂNCIA DE DOENÇAS, AGRAVOS E EVENTOS EM SAÚDE PÚBLICA;
- c)** Modalidade: 4490
- d)** Elemento de Despesa: 52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
- e)** Sub-Elemento Despesa: 99 – OUTROS MATERIAIS PERMANENTES;
- f)** Ficha: 194 – 15901.1030502342.161.4.4.90.52.2501000000;
- g)** Fonte: 2501000000 – OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS.

3.2. As despesas com a contratação que porventura ultrapassarem o exercício em curso estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual – LOA, do exercício correspondente.

4. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL

4.1. Até **3 (três) dias úteis** antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá

impugnar este Edital ou apresentar pedido de esclarecimento.

4.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento deverá ser encaminhado exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail **membro013cpl@gmail.com**. Deverá ser encaminhada uma via da impugnação na **extensão pdf** e uma via em **extensão docx**.

4.2.1. Caberá ao licitante confirmar junto ao Pregoeiro(a) o recebimento do e-mail que encaminhar seu pedido.

4.3. O pedido de impugnação deverá conter, de forma clara e explícita, as seguintes informações:

4.3.1. Número do certame impugnado;

4.3.2. Nome da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física impugnante;

4.3.3. Razões da impugnação e solicitações de alteração;

4.3.4. Nome, CNPJ, endereço e contato da Pessoa Jurídica ou, no que couber, da Pessoa Física impugnante.

4.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.6. Não será reconhecida a impugnação quando protocolada depois de vencido o prazo de interposição.

4.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem automaticamente os prazos previstos no certame.

4.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação ou pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

4.8. Decairá o direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaria, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo **Sistema** e vincularão os participantes e a Administração.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema **Compras.gov.br**, por meio do sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

5.1.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O credenciamento junto ao provedor do **Sistema** implica a responsabilidade legal do Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

5.3. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Prefeitura Municipal de São Luís, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.5. No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo **ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação**, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

6.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

6.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema do órgão gerenciador da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

6.5.1. O benefício para participação exclusiva, nos itens/grupos sinalizados no termo de referência ou planilha de preços vinculados a este edital, fica limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.6. Não poderão disputar esta licitação:

6.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de

1976, concorrendo entre si;

6.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.6.8. Agente público do órgão licitante;

6.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

6.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.7. O impedimento de que trata o **subitem 6.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 6.6.2 e 6.6.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão.

6.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.10. O disposto nos **subitens 6.6.2 e 6.6.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

6.12. A vedação de que trata o **subitem 6.6.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.13. Empresário que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitado de licitar ou contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n. 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n. 8.429/1992;

6.13.1. O impedimento de que trata esta Subcondição será também aplicado à licitante que atue em substituição a outro empresário, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.14. Caso permitida a participação de consórcios, na forma do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, as empresas associadas deverão apresentar, no ato da assinatura do contrato, a comprovação do compromisso público ou particular de constituição.

6.14.1. Deverá ser indicada, na proposta de preços, a empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança.

6.14.2. Todos os documentos de habilitação, de cada consorciado, deverão ser apresentados na forma do **item 20** deste Edital, sob pena de inabilitação.

6.14.2.1. Serão somados os quantitativos indicados nos atestados de capacidade técnica de cada consorciado para a comprovação da qualificação técnica.

6.14.2.2. Para efeito de qualificação econômico-financeira, será considerado o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

6.15. As empresas integrantes respondem solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase licitatória quanto na fase contratual.

6.16. É vedada a participação de empresa em mais de um consórcio no presente certame.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes deverão apresentar:

7.1.1. Catálogos e material(is) ilustrativo(s) original(is) ou cópia(s) em português, referente(s) ao(s) modelo(s) ofertado(s), comprobatório(s) da descrição técnica apresentada na sua proposta original.

7.1.2. Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a “FONTE” (endereço completo, por exemplo: <http://www.fabricantex.com/produtox>.) do respectivo documento possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto.

7.1.3. Possuam a indicação de garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

7.2. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, de acordo com o constante no “DADOS DA LICITAÇÃO”.

7.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **DECLARARÁ**, em campo próprio do **Sistema**, que:

7.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

7.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

7.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 7.6.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 7.6.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 7.7.** A falsidade da declaração de que trata os **itens 7.4 ou 7.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 7.8.** Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006, a Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP:
- 7.8.1.** Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 7.8.2.** Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 7.8.3.** Cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;
- 7.8.4.** Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o seu art. 3º, inciso II;
- 7.8.5.** Cujo sócio ou titular seja, administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- 7.8.6.** Constituída sob a forma de cooperativa, salvo de consumo;
- 7.8.7.** Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 7.8.8.** Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 7.8.9.** Constituídas sob a forma de sociedade por ações;
- 7.8.10.** Cujos titulares ou sócios, cumulativamente, tenha com o contratante do bem, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 7.9.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.10.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 7.11.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 7.12.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes

regras:

7.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **subitem 7.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.15.1. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. **Valor unitário, valor total de cada lote e valor total** para cada item ou grupo de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

8.1.2. Marca;

8.1.3. Fabricante;

8.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

8.1.5. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, **no que for aplicável**, o modelo, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**, e demais características técnicas, acompanhados de prospectos comerciais, *folders*, ou outro material ilustrativo que permita aferir as especificações do edital;

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. Os quantitativos previstos no orçamento estimado pela Administração não poderão ser alterados pelo

proponente, salvo disposição em contrário no Edital e seus anexos.

8.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.6.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.6.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

8.6.3. Caso critério de julgamento seja de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

8.7. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar, aos contratados, a responsabilização pelos órgãos competentes e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

8.7.1. Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou

8.7.2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de **Sistema**, no dia 22/06/2026, às 09h30.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no **Sistema**, até a abertura da sessão pública.

9.3. A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do **Sistema**.

9.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no **Sistema** durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo **Sistema** ou de sua desconexão.

10. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

10.1. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas neste Instrumento.

10.2. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante no Sistema**.

10.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no **Sistema**, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.5. O **Sistema** ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão

da fase de lances.

10.6. O **Sistema** disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

11. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de **Sistema**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.2. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de julgamento da Licitação, **MENOR PREÇO POR LOTE**.

11.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.4. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo **Sistema**.

11.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

11.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

11.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

11.8. Caso o licitante não apresente lances, correrá com o valor de sua proposta.

12. DO MODO DE DISPUTA

12.1. O modo de disputa será **“ABERTO E FECHADO”**, conforme definido no anexo I – Termo de Referência, e discriminado nos **“DADOS DA LICITAÇÃO”**.

12.2. No modo de disputa **“ABERTO E FECHADO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

12.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

12.2.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.2.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

12.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

12.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13. DA DESCONEXÃO E REMARCAÇÃO DA SESSÃO

13.1. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

13.2. Quando a desconexão do **Sistema** persistir para o(a) pregoeiro(a) por tempo superior a 10 (dez) minutos ou na hipótese de remarcação da sessão pública, está somente poderá ser realizada após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

14.1. O critério de julgamento empregado é o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

15. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

15.1. Em relação a item de ampla participação ou cota principal, assim considerado aquele não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O Sistema identificará, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e alterações.

15.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

15.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

15.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

15.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

15.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

15.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- 15.2.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 15.2.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 15.2.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 15.2.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 15.2.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 15.2.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade Municipal, no território do Estado em que este se localize;
- 15.2.2.2.** Empresas brasileiras;
- 15.2.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 15.2.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

16. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 16.1.** Nas contratações públicas, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, observadas as vedações previstas no **subitem 7.7** deste Edital, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.
- 16.2.** Para cumprimento do **subitem anterior** e atendendo ao Anexo I - deste Edital, o processo licitatório, em se tratando de bens de natureza divisível, será organizado da seguinte forma:
- 16.2.1.** Cota reservada de **até 25% (vinte e cinco por cento)** dos quantitativos totais de cada **item/grupo**, destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte;
- 16.2.1.1.** Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado, nos termos do § 2º do art. 8º do Decreto Federal nº 8.538, de 2015.
- 16.2.1.2.** Se uma mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas dar-se-á pelo menor preço obtido entre as cotas.
- 16.2.1.3.** A prioridade de **aquisição** do(s) **material(is)/produto(s)/bem(ns)** deverá ser das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.
- 16.2.2.** Item exclusivo, para aquele **item/grupo** cujo valor total seja de até **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte;

17. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

17.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

17.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

17.1.2. A negociação será realizada por meio do **Sistema**, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

17.1.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

17.1.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

17.1.5. É facultado ao Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

17.1.6. Será desclassificado o licitante que não enviar a proposta de preços adequada no prazo estabelecido nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

17.2. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

18. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE

18.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, quanto a compatibilidade do preço e às especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo desclassificado o que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, passando-se à convocação dos licitantes subsequentes, na ordem de classificação.

18.1.1. Considera-se inexecutável o lance que apresente preço global **ou** unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

18.1.2. O(A) Pregoeiro(a), antes de declarar a inexecutabilidade, deverá realizar diligências com essa finalidade, convocando previamente o licitante para manifestação, **no prazo máximo de até 2 (duas) horas**, a contar da convocação no **Sistema**.

18.1.3. Não incorrendo na inadequação ou incompatibilidade do **subitem 18.1**, o(a) Pregoeiro(a) providenciará a negociação com o licitante, buscando obter proposta mais vantajosa para a Administração.

18.2. O licitante detentor do menor lance deverá encaminhar no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, pelo **Sistema**, sua proposta de preços, com o valor readequado ao valor do lance vencedor (e, se for o caso, com o valor negociado), bem como os demais dados constantes no **item 9** deste Edital, para sua elaboração.

18.3. Os documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, relativos à proposta, serão encaminhados pelo licitante convocada no mesmo prazo do **subitem 18.2**, mediante convocação específica do(a) Pregoeiro(a).

18.4. A Proposta de Preços a ser encaminhada **deverá** estar ajustada ao lance vencedor/valor final ofertado de acordo com o modelo apresentado no **ANEXO II**, devendo conter:

18.4.1. Dados do licitante, tais como: número do pregão, razão social, endereço completo, telefone, número do CNPJ/MF, endereço eletrônico (e-mail) para contato, e dados bancários para fins de pagamento (nome e número do banco, número e local da agência, número da conta corrente);

18.4.2. Nome completo do responsável ou representante legal pela assinatura do contrato, números do CPF, Carteira de Identidade e cargo na empresa/instituição;

18.4.2.1. Havendo alteração do representante legal, o licitante apresentará estas informações acompanhadas dos documentos necessários, no momento da assinatura do contrato.

18.4.3. Indicação do valor unitário e total dos itens que compõem a Planilha Descritiva e Orçamentária, constante do APÊNDICE I, do Termo de Referência – ANEXO I deste Edital, em algarismo e o valor global da proposta em algarismo e por extenso, em Real (R\$), já inclusas todos os lucros e despesas que resultem no custo das aquisições, tais como: impostos, taxas, transportes, materiais utilizados, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos, bem como quaisquer outras despesas, que incidirem na aquisição do objeto.

18.4.3.1. Os preços propostos não poderão ser superiores aos valores estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sob pena de desclassificação;

18.4.4. Características dos produtos ofertados, com especificações detalhadas, mencionando marca, modelo, dimensões, composição e demais referências que permitam perfeita análise e aceitação, de acordo com as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

18.4.4.1. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante o envio de fotos ou catálogos, bem como a indicação de sítios na internet ou outros documentos onde possam ser verificadas as características dos materiais.

18.4.4.1.1. A não apresentação das informações solicitadas implicará o julgamento do estado em que se encontram as propostas, podendo resultar em sua desclassificação.

18.4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, **a contar da data de sua apresentação.**

18.4.5.1. A Administração poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da proposta por igual período. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido, entretanto, no caso de concordância, a proposta não poderá ser modificada.

18.4.5.2. Decorrido o prazo de validade da proposta de preços sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, cabendo, no caso, negociação com a Administração para manter o preço proposto.

18.5. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

18.5.1. Contiverem vícios insanáveis;

18.5.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus anexos;

18.5.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçado estimado para a contratação;

18.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

18.5.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital e seus anexos, desde que insanável.

18.6. A verificação da conformidade das propostas de preços poderá ser feita exclusivamente em relação à

proposta mais bem classificada.

18.7. Verificando-se discordância entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos. Se o licitante não aceitar a correção de tais erros, sua proposta será rejeitada, convocando-se a empresa subsequente classificada, se houver.

18.8. No julgamento da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, fundamentando e registrando sua decisão no **Sistema**.

18.9. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante o envio de propostas de preços retificada, para correção de erros formais.

18.10. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender o pregão e marcar nova data para seu julgamento.

18.11. O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências ou requisitar análise técnica, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre as propostas de preços ao setor demandante.

18.12. A apresentação da proposta de preços obriga o licitante vencedor ao cumprimento dos termos do Edital e seus anexos, sujeitando-se às sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicada à espécie.

19. DA AMOSTRA

19.1. As regras sobre apresentação de Amostra, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** deste Edital.

20. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

20.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante cuja a proposta de preços tenha sido aceita na fase de julgamento.

20.2. Após declarada a proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a), como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante verificação aos seguintes cadastros:

20.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

20.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

20.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

20.2.4. Lista de Licitantes Declaradas Inidôneas para participar de licitações, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>).

20.3. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos **subitens 20.2.2, 20.2.3 e 20.2.4** acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

20.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força da determinação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

20.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, (IN nº 3/2018, art. 29, caput), devendo convocar previamente o licitante para manifestação.

20.5.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros, (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

20.5.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação, (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

20.5.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

20.6. Não incorrendo o licitante em sanções impeditivas, o(a) Pregoeiro(a) consultará o SICAF, em relação à sua habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social e trabalhista, e, se for o caso, em relação à qualificação técnica e econômico-financeira.

20.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

20.7.1. A não observação do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

20.8. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

20.9. Se os documentos e as informações no SICAF continuarem desatualizadas ou tais documentos não estejam previstos no SICAF, o(a) Pregoeiro(a) deverá convocar o licitante para apresentação dos documentos de habilitação atualizados no prazo constante nos “DADOS DA LICITAÇÃO” caso não seja possível ou não logre êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s) na consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões.

20.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via **Sistema**, no **prazo** indicado no *chat*, sob pena de inabilitação, exceto para os documentos referentes à regularidade fiscal, social e/ou trabalhista das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para quem o prazo será de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública.

20.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

20.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

20.13. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

20.13.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

20.14. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, desde que estejam no prazo de validade, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

20.15. Ressalvado o disposto no **subitem acima**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

20.16. Habilitação Jurídica:

20.16.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

20.16.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018 (art. 44), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

20.16.3. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

20.16.4. No caso de sociedades civis: inscrição do ato constitutivo, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

20.16.5. No caso de sociedades comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

20.16.6. No caso de sociedades por ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado acompanhada de documentação de eleição de seus administradores;

20.16.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, nos termos ou inscrito no Registro Civil da Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 5º da Lei nº 5.764/1971;

20.16.8. No caso de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP: Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

20.16.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

20.16.10. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ou outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, nos termos do art. 4º, § 2º do Decreto nº 10.880, de 2021;

20.16.11. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural contribuinte individual (pessoa física), nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971/2009 (art. 17 a 19 e 165).

20.17. OS DOCUMENTOS ACIMA DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DE TODAS AS ALTERAÇÕES OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA.

20.18. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

20.18.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF ou, quando for o caso, **no Cadastro de Pessoas Físicas**, notadamente através do Cartão de Identificação da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física, respectivamente;

20.18.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e Previdenciária, expedida pela Receita Federal do Brasil;

20.18.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;

20.18.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT para comprovar a inexistência de débitos inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>);

20.18.5. Prova de inscrição no cadastro de **contribuintes municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

20.18.6. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado, emitida pela **Secretaria de Fazenda do Estado**, relativo ao domicílio ou sede da empresa;

20.18.7. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, emitida pela **Secretaria de Fazenda do Estado**, relativo ao domicílio ou sede da empresa;

20.18.7.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

20.18.8. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

20.18.9. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos inscritos na Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

20.19. Quando a prova de regularidade de que trata os **itens 20.18.6 / 20.18.7 e 20.18.8 / 20.18.9**, for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, caberá o licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

20.20. O licitante detentor de menor preço qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

20.20.1. Desde que atenda a todas as exigências do Edital e observado o disposto no subitem 20.20., constatada a exigência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e/ou trabalhista de microempresa e empresa de pequeno porte, o certame será suspenso e o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante justificativa apresentada dentro dos primeiros 5 (cinco) dias úteis.

20.20.2. A não regularização fiscal, social e/ou trabalhista no prazo previsto no subitem 20.20.1 acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a continuidade do certame, convocando-se o licitante subsequente classificado, se houver.

20.21. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal, social e/ou trabalhista.

20.22. Qualificação Técnica:

20.22.1. Para fins de habilitação técnica, serão exigidos os seguintes documentos:

20.22.2. Certificado INMETRO, conforme Portaria INMETRO / ME – número 61 de 17/02/2022 e Portaria nº 157, de 31 de março de 2022 – para o item 4.

20.22.3. A exigência de apresentação de Certificado de Conformidade do INMETRO para o item pretendido justifica-se pelo fato de se tratar de equipamento sujeito a regulamentação técnica específica, nos termos da Portaria nº 61, de 17 de fevereiro de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Estabilizadores de Tensão.

20.22.4. Referida norma estabelece, em seu art. 5º, que os estabilizadores de tensão fabricados, importados, distribuídos e comercializados em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser submetidos, compulsoriamente, à avaliação da conformidade por meio do mecanismo de certificação. Assim, a certificação pelo INMETRO constitui requisito obrigatório para a regular comercialização do produto no país.

20.22.5. Nesse contexto, a Administração Pública, ao promover a contratação, deve observar as normas técnicas e regulamentares aplicáveis ao objeto, não sendo admissível a aquisição de produtos que não atendam às exigências legais vigentes. A exigência do referido certificado, portanto, não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária para assegurar que os bens adquiridos atendam a padrões mínimos de qualidade, segurança e desempenho, em conformidade com a regulamentação aplicável.

20.22.6. Ademais, a observância da certificação compulsória contribui para a mitigação de riscos relacionados ao uso do equipamento, tais como falhas elétricas, danos a outros dispositivos e eventuais acidentes, garantindo maior confiabilidade na execução das atividades administrativas e operacionais que dependem do seu funcionamento.

20.23. Qualificação Econômico-Financeira:

20.23.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados:

20.23.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida **até 60 (sessenta) dias** antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão.

20.23.1.2. Caso seja admitida a participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação;

20.23.1.3. Balanço Patrimonial, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

20.23.1.3.1. O licitante deve, sempre que questionado, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, **no mínimo**:

a) A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as constas de resultado, para os casos de apresentação de DRE, de forma que seja possível verificar os saldos apurados;

b) Comprovante de autenticação da escritura contábil junto ao registro público competente.

b.1) O comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei nº 6.404/1976.

20.23.1.4. O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, nos termos da IN RFB n. 2.142/2023.

20.23.1.5. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE dos dois (dois) últimos exercícios sociais;

20.23.1.6. A critério da Administração, **poderá** ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no Edital.

20.23.1.7. Os documentos exigidos na condição anterior deverão comprovar:

20.23.1.7.1. Índice de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

20.23.1.7.2. Capital Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, for igual ou inferior a 1;

20.23.1.8. Os documentos referidos no **subitem 20.23.1.3.** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

20.24. Das Disposições Gerais sobre Habilitação:

20.24.1. Os licitantes que apresentarem habilitação válida no **SICAF** poderão deixar de apresentar os documentos abrangidos pelos mesmos. No entanto, permanecerão obrigados a enviar os documentos não contemplados pelo SICAF.

20.24.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

20.24.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

20.24.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

20.24.2.3. O prazo em que se refere o **item 20.24.2** será de **até 2 (duas) horas** a contar da convocação no **Sistema**.

20.24.3. Será inabilitado o licitante que não enviar os documentos requeridos em fase de diligência no prazo estabelecido nos **DADOS DA LICITAÇÃO**.

20.24.4. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falha que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

- 20.24.5.** Em caso de problema com linha de transmissão de dados, que inviabilize o acesso ao **Sistema**, o(a) Pregoeiro(a) poderá autorizar o envio da documentação por meio do e-mail membro013cpl@gmail.com.
- 20.24.6.** O prazo para encaminhamento dos documentos solicitados será de **DUAS HORAS** e poderá ser prorrogado por igual período desde que devidamente justificado.
- 20.24.7.** Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender o Pregão e marcar nova data para seu julgamento.
- 20.24.8.** Nos itens não exclusivos, as microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo **Sistema**, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 20.24.9.** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 20.24.9.1.** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante remanescente.
- 20.25.** O licitante detentor de menor preço qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 20.25.1.** Desde que atenda a todas as exigências do Edital e observado o disposto no subitem 20.20., constatada a exigência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e/ou trabalhista de microempresa e empresa de pequeno porte, o certame será suspenso e o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante justificativa apresentada dentro dos primeiros 5 (cinco) dias úteis.
- 20.25.2.** A não regularização fiscal, social e/ou trabalhista no prazo previsto no subitem 20.20.1 acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a continuidade do certame, convocando-se o licitante subsequente classificado, se houver.
- 20.25.3.** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado:
- 20.25.3.1.** Da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e,
- 20.25.3.2.** Da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 20.25.4.** O(A) Pregoeiro(a), constatando que o licitante atende a todas as condições de habilitação exigidas neste Edital, proclamá-la-á HABILITADA. Aquela que deixar de apresentar a documentação exigida ou apresentar de forma irregular será proclamada INABILITADA.
- 20.25.5.** As certidões que omitirem o **prazo** de validade serão entendidas como válidas pelo período de **90 (noventa) dias corridos**, a contar de sua emissão.
- 20.25.6.** O(A) Pregoeiro(a), antes de se manifestar com relação aos Documentos de Classificação e Habilitação das empresas participantes do Certame, podrá solicitar parecer técnico do Órgão Requisitante ou ainda, de Pessoas Físicas ou Jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

21. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

21.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação dos licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

21.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

21.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

21.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

21.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

21.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

21.3.4. A manifestação de recurso fora do sistema eletrônico serão desconsideradas.

21.3.5. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

21.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do **Sistema**.

21.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

21.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

21.8. As razões de recurso e contrarrazões enviadas fora do sistema eletrônico não serão recebidas.

21.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

21.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema eletrônico.

22. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

22.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

22.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

22.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

22.1.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

22.1.4. A convocação se dará por meio do **Sistema**, através do *chat*, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

22.1.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

23. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO

23.1. Declarada a vencedora e exauridos os recursos administrativos, a Autoridade Superior, através do Sistema, fará a adjudicação e homologação do objeto desta licitação à vencedora.

23.2. A Autoridade Competente poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, devendo proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

23.2.1. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

24. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

24.1. As regras sobre as Condições de Execução e Pagamento, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo III**, deste Edital.

25. DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS

25.1. As regras sobre as Garantias Exigidas e Ofertadas, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo III**, deste Edital.

26. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

26.1. As regras sobre as Condições de Recebimento do Objeto, quando couber, estarão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo III**, deste Edital.

27. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

27.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato **ou** emitido instrumento equivalente, dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas.

27.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

27.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato **ou** aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura **ou** aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado **ou** aceito no **prazo de 5 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

27.1.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

27.1.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

27.2. A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

27.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

28. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

28.1. As sanções administrativas por atos praticados no decorrer da execução contratual estão previstas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta de Contrato – **Anexo III**, deste Edital.

29. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

29.1. As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

30.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

30.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

30.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

30.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

30.9. EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE DISPOSIÇÕES DESTE EDITAL E DE SEUS ANEXOS OU DEMAIS PEÇAS QUE COMPÕEM O PROCESSO, PREVALECERÁ AS DESTE EDITAL.

30.10. O licitante deverá consignar para proposta ou lance, na forma expressa do Sistema, o valor com no máximo duas casas decimais após a vírgula ou percentual de desconto, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

30.11. É facultado o(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade competente, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

30.12. Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5.º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

30.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís – Comarca da Ilha de São Luís, excluído quaisquer outros, por mais privilegiado que seja.

30.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site desta CPL – Central de Licitações (<https://www.saoluis.ma.gov.br/portal/editais/1>).

Ítalo Moisés Ferreira Salgado
Assessor de Procedimentos Licitatórios CPL/PMSL/MA
Portaria nº 03/2026 – CPL/PRES/GAB



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Ítalo Moisés Ferreira Salgado, Assessor**, em 02/06/2026, às 16:10, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **4098305** e o código CRC **AD939BC3**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

Termo de Referência nº 4039749/2026 - SEMUS

São Luís - MA, 26 de maio de 2026

QUADRO RESUMO	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 15901.019314/2025	ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS
OBJETO: Aquisição de Materiais Permanentes destinados à Estruturação do Ambulatório Veterinário da UVZ/SVES/SEMUS.	
TIPO: PREGÃO ELETRÔNICO	
VALOR ESTIMADO: R\$ 22.792,44 (vinte e dois mil, setecentos e noventa e dois reais e quarenta e quatro centavos)	
SIGILOSO: NÃO	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: R\$ 0,01
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO	QUANTIDADE DE LOTES: 2
FORMA DE ADJUDICAÇÃO: LOTE	FORMA DE FORNECIMENTO: ÚNICA
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO	
EXIGE AMOSTRA: NÃO	EXIGE PROVA DE CONCEITO: NÃO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de Materiais Permanentes destinados à Estruturação do Ambulatório Veterinário da UVZ/SVES/SEMUS.

1.2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	CATMAT	QUANTIDADE
------	---------------	-----	--------	------------

LOTE 1 - MATERIAL VETERINÁRIO PARA RESGATE E ABRIGO DE ANIMAIS

1	Caixa de Transporte Animal – Grande Material: Plástico super-resistente de Polipropileno; Dimensões mínimas: 102x72x76cm; Aplicação: cães até 50kg; Características Adicionais: Desmontável, Lavável, Grade em Metal Resistente, Janelas Laterais e rodinhas; Tipo: Desmontável	UNIDADE	334331	2
2	Canil Material: Aço inoxidável; Capacidade para 8 animais; Estrutura: 3 módulos sobrepostos; Dimensões aproximadas: Módulo grande (2 portas): 120 cm (L) x 60 cm (C) x 90 cm (A); Módulos Pequenos (3 portas cada): 120 cm (L) x 60 cm (C) X 60 cm (A); com rodas de 3"; divisórias, grelhas e bandejas removíveis; fechadura americana.	UNIDADE	483818	1

LOTE 2 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

	Microcomputador - Processador: Intel Core i3 (10ª geração ou superior), mínimo 2 núcleos e 4 threads, frequência base \geq 3.0 GHz.Memória RAM: Mínimo 8GB DDR4, expansível (mín. 2 slots disponíveis).			
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--

3	<p>Armazenamento: SSD de 512GB (SATA III ou NVMe). Placa-mãe: Suporte a UEFI e expansão de RAM; interface para SSD. Vídeo: Gráficos integrados com saída para monitor FullHD. Monitor tela no mínimo 24 polegadas, tipo de tela: LED, formato tela: WideScreen, qualidade de imagem: Full HD, interatividade da tela: sem interatividade, ajuste: sem ajustes de regulagem, alimentação: bivolt, Conectividade: Mínimo 6 portas USB (mín. 2 USB 3.0);1 HDMI/DP/VGA;1 RJ-45 Gigabit Ethernet; Áudio P2 in/out. Periféricos: Teclado ABNT2 com fio (USB);Mouse óptico com fio (1000 DPI, USB).Gabinete: Torre média ou minitorre, fonte mínima 200W, proteção contra surtos. Sistema Operacional: Licenciado e original, fabricante OEM, Windows 11 Pro 64bits. Garantia: 36meses on-site, com rede técnica nacional.</p>	UNIDADE	457184	1
---	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------	--------	---

4	Estabilizador de tensão Alimentação entrada: bivolt, tipo: nobreak, quantidade de tomadas de	UNIDADE	474218	2
---	----------------------------------------------------------------------------------------------	---------	--------	---

1.2.1 Para fins de adequação à nova redação do procedimento licitatório no sistema Compras.gov, informa-se que foi necessária a renumeração dos lotes e itens, em conformidade com as exigências operacionais da plataforma.

1.2.2 Nesse contexto, esclarece-se que os atuais Lotes 1 e 2 correspondem, respectivamente, aos antigos Lotes 2 e 3. De igual modo, os Itens 1, 2, 3 e 4 passaram a corresponder, respectivamente, aos antigos Itens 6, 7, 8 e 9.

1.2.3 Ressalta-se que tal renumeração decorre exclusivamente de ajustes sistêmicos, não implicando qualquer alteração no objeto, nas especificações técnicas ou nas condições originalmente previstas no certame

1.2.4 Deve-se, também, ser observado o Apêndice II dester Termo de Referência em que, além das especificações, traz imagens ilustrativa de alguns itens para melhor compreensão quanto ao objeto a qual se pretender adquirir, referente ao lote 1.

1.3. Da classificação do objeto

1.3.1 O objeto desta contratação é de natureza comum, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, em razão das especificações técnicas serem de conhecimento amplo, que atendem a métodos e técnicas preestabelecidas, padrões de desempenho, de qualidade e especificações usuais de mercado e comumente conhecidas, onde operam diversos agentes comerciais hábeis à contratação.

1.3.2 Ainda, a presente contratação, tem natureza não continuada, uma vez que o fornecimento dos bens não corresponde a obrigações com caráter permanente, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

1.4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1.4.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contado da data da assinatura contratual, na forma dos Art.105 da Lei nº 14.133/21, tendo sua eficácia condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), consoante o art. 94 da mesma Lei.

1.5. CONDIÇÕES DA ENTREGA

1.5.1. **O prazo de início:** será de 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento, de forma única.

1.5.2. Caso a empresa contratada não consiga cumprir com o prazo estipulado para a entrega, a mesma deverá enviar à contratante pedido de prorrogação de prazo, assim como justificativa para um novo prazo de entrega, com pelos menos 10 (dez) dias úteis, ressalvadas as situações de caso fortuito ou força maior, que será analisado pela contratante com posterior aceite ou não, podendo ser possível de sanção.

1.6. LOCAL DE ENTREGA

1.6.1. A entrega dos materiais permanentes será no Almoxarifado da SEMUS-SLZ, situado na Av. Engenheiro Emiliano Macieira – BR 135, Km 6 – Galpões 16, 17 e 18, CEP: 65.095-302 -Maracanã – São Luís/MA, obedecendo o horário de entrega, de segunda à sexta-feira, das 8:00h às 15:00h..

1.7. RECEBIMENTO DO OBJETO

1.7.1. **Provisoriamente:** de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

1.7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

1.7.3. Quando houver reparação ou substituição de bens, o contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos durante a execução dos reparos.

1.7.4. **Definitivamente:** no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

1.7.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o item acima não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

1.7.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

1.7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

1.7.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

1.7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

1.8. GARANTIA

1.8.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar a garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento do objeto.

1.8.2. No caso de prazo superior a 12 (doze) meses fornecido pelo fabricante, este prevalecerá para fins de garantia.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A presente contratação visa atender ao de Plano de Ação voltado ao resgate e à assistência médico-veterinária de cães e gatos em situações de abandono ou maus-tratos no município de São Luís-MA, conforme preconizado pela legislação vigente e pelas diretrizes de saúde pública. A Unidade de Vigilância em Zoonoses (UVZ), em conformidade com a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.138, de 23 de maio de 2014, tem como atribuição a execução de ações e serviços de vigilância, prevenção e controle de zoonoses, bem como o atendimento a acidentes causados por animais de relevância para a saúde pública.

2.1.2. Nesse contexto, a Lei Municipal nº 418, de 23 de novembro de 2016, estabelece a responsabilidade do Centro de Zoonoses do Município quanto ao recolhimento, vacinação, identificação e tratamento clínico dos animais abandonados em vias públicas, mercados e feiras da cidade. Tais animais devem ser cadastrados, identificados individualmente (inclusive por meio de microchipagem), submetidos à triagem clínica e exames laboratoriais, e, quando em bom estado de saúde, mantidos sob a tutela do Centro em ambiente adequado e livre de maus-tratos.

2.1.3. Para garantir a efetividade dessas ações, a UVZ necessita implantar um ambulatório destinado ao tratamento clínico e à realização de pequenos procedimentos cirúrgicos nos animais sob sua guarda, atualmente nos canis e gatis da unidade. Essa medida visa assegurar melhores condições de atendimento e recuperação dos animais, além de promover ações de saúde pública e bem-estar animal alinhadas às políticas públicas municipais e federais.

2.1.4. A presente solicitação decorre da disponibilidade de recursos financeiros oriundos da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, provenientes do Processo nº 0847225-92.2021.8.10.0001 – Classe: Ação Civil Pública. Tais recursos foram destinados à execução do referido plano de ação (anexo 1), que contempla a infraestrutura necessária para o funcionamento adequado do ambulatório veterinário.

2.1.5. Portanto, a aquisição em questão visa assegurar a implantação e operação de um ambulatório estruturado, equipado e funcional para a realização de atendimentos médicos-veterinários; atender as diretrizes do plano aprovado judicialmente para a proteção e bem-estar animal; proporcionar melhores condições de trabalho aos profissionais envolvidos nas ações da UVZ e garantir um ambiente adequado para guarda, triagem, atendimento e acompanhamento dos animais sob a tutela do município.

2.2. PREVISÃO NO PLANEJAMENTO:

2.2.1 A despesa em questão está devidamente prevista no Plano de Contratação Anual (PCA) para o exercício corrente. Dessa forma, está plenamente alinhada às prioridades e aos objetivos organizacionais estabelecidos no planejamento administrativo e em conformidade com as normas vigentes.

2.2.1.1 PCA 2026-2129;

2.2.1.2 Id pca PNCP: **06307102000130-0-000005/2026**;

2.2.1.3 Id do item no PCA: **49**;

2.2.1.4 Classe/Grupo: **434**.

2.3 JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

2.3.1 A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais permanentes diversos, agrupados por similaridade e finalidade em 02 (dois) lotes distintos, compreendendo: materiais para resgate e abrigo de animais e equipamentos de informática. Os itens foram organizados de forma a atender às necessidades específicas da Administração Pública de maneira padronizada, funcional e economicamente vantajosa.

2.3.2 Nos termos do Art. 40, § 3º da Lei nº 14.133/2021, o fracionamento da contratação deverá ser adotado sempre que tecnicamente viável, salvo quando comprovada a maior vantagem da contratação unificada. Em atendimento ao dispositivo legal, opta-se pelo não parcelamento dos lotes ora apresentados, com fundamento nos incisos I e III do referido parágrafo;

2.3.3 Isto se dá em razão da redução de custos de gestão contratual (inciso I), em que a centralização da contratação por lotes homogêneos permitirá que a Administração celebre contratos com menor número de fornecedores, o que implicará menor esforço administrativo com processos de fiscalização, recebimento, conferência, pagamento e eventual gestão de garantias. Esse modelo evita a dispersão contratual e possibilita maior controle sobre prazos, qualidade dos produtos e responsabilidades do fornecedor, reduzindo significativamente os custos operacionais e administrativos da gestão pública.

2.3.4 Também, considerou a Padronização dos Materiais (inciso III), em que a contratação em lotes agrupados por tipo de item garante a aquisição de materiais tecnicamente compatíveis entre si, com padrão unificado de qualidade, desempenho e características físicas e funcionais. Isso é essencial para assegurar a uniformidade dos equipamentos hospitalares e mobiliário, compatibilidade técnica entre os equipamentos de informática e homogeneidade nos materiais utilizados nas atividades de acolhimento e resgate de animais.

2.3.5 Portanto, a opção pela contratação agrupada por lotes, sem o parcelamento dos itens que os compõem, atende aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública, ao mesmo tempo em que preserva a competitividade entre os licitantes, visto que os lotes foram organizados de forma racional, considerando afinidade técnica, funcionalidade e destinação dos bens.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Considerando a análise das alternativas possíveis de mercado, identificou-se como alternativa mais adequada, a aquisição dos itens demandados. Logo a solução proposta consiste na adoção de um único processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, estruturado por lotes conforme a natureza dos itens, de forma a permitir maior racionalização do procedimento e ampliação da competitividade entre os fornecedores especializados, assegurando o melhor custo- benefício para a administração. Ademais, o Pregão Eletrônico, conforme disposto no art. 28, inciso IV, da Lei 14.133/2021, trata-se de modalidade preferencial

para a aquisição de bens comuns, cuja definição encontra-se no art. 6º, inciso LV, do mesmo diploma legal.

3.2 A disponibilidade orçamentária e o planejamento técnico da UVZ orientaram a definição das quantidades estimadas e a priorização dos itens essenciais à fase inicial de funcionamento do ambulatório médico-veterinário. A estruturação da solução em grupos de bens com funções complementares assegura o funcionamento harmônico e integrado da unidade, para a promoção de um ambiente tecnicamente adequado para os atendimentos clínicos- cirúrgico, o acolhimento dos animais e a gestão eficiente da rotina administrativa. A solução contempla quatro grupos principais de bens, descritos a seguir:

3.2.1 Material veterinário para resgate e abrigo de animais, composto por caixas de transporte e canil em aço inox, destinados ao manejo seguro e transporte adequado e alojamento temporário dos animais, garantindo o bem-estar, proteção e segurança durante os atendimentos.

3.2.2 Equipamentos de informática, sendo um computador completo com monitor e estabilizador, com o objetivo de viabilizar o registro de prontuários, emissão de documentos e apoio às atividades administrativas da unidade, promovendo a digitalização dos processos e a rastreabilidade das ações de vigilância e atendimento;

3.3 Não haverá necessidade de manutenção ou assistência técnica para os bens a serem adquiridos, uma vez que as empresas contratadas deverão manter a garantia de cada item por no mínimo 12 (doze) meses, responsabilizando-se pelo saneamento dos vícios que porventura ocorrer.

3.4 Com relação a execução do objeto, cada contratada deverá entregar os bens dentro do prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contados da ordem de fornecimento, em remessa única no almoxarifado da SEMUS, obedecendo o horário de entrega, de segunda à sexta-feira, das 8:00h às 15:00h, realizar a montagem, quando necessária, nas dependências da Unidade de Vigilância em Zoonoses (UVZ) e assegurar que os itens estejam devidamente instalados, testados e em pleno funcionamento.

3.5 Em síntese, a presente solução consiste na aquisição planejada de bens permanentes e materiais específicos, fundamentais à implantação e operação inicial do ambulatório médico-veterinário da Unidade de Vigilância em Zoonoses (UVZ). Essa estrutura permitirá a realização de atendimento clínicos, cirúrgicos, ações de vigilância sanitária e cuidados médicos aos animais sob a guarda da administração pública.

4. **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 Conforme § 1º, art. 1º do Decreto Municipal 62.276/2026, o Sistema de Registro de Preços será preferencialmente utilizado nas seguintes hipóteses:

- I - contratações frequentes em razão das características do bem ou serviço;
- II - entregas parceladas ou contratações por unidade de medida ou tarefa;
- III - atendimento a múltiplos órgãos ou entidades ou a programas de governo;
- IV - impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado.

4.2 Considerando as características do objeto, em que não demanda de contratações frequentes, que foi possível a definição do quantitativo real demandado, que será entregue de forma única e, por fim, não houve conviniência da contratação para mais de um órgão ou entidade, ou a programa de governo, não restou configurada a subsunção do § 1º, art. 1º do Decreto Municipal 62.276/2026.

4.3 Diante do exposto, a presente aquisição não será processada por meio de Sistema de Registro de Preços.

5. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO TRATAMENTO PREFERENCIAL PARA ME E EPP

5.1. Em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014:

5.1.1 Ficam destinados exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, os lotes estimados cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (ART. 13, INCISO I, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 60.155, DE 2024)

6.1.1 Na presente contratação não serão indicadas marcas.

6.2 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS:

6.2.1 Não serão exigidas amostras.

6.3 DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

6.3.1 Não será exigida carta de solidariedade.

6.4 CONSÓRCIO

6.1.1 É admitida a participação de consórcios.

6.5 SUBCONTRAÇÃO

6.5.1 Não será admitida a subcontratação, considerando que, no caso específico de bens comuns — ou seja, bens que não envolvem grandes complexidades técnicas ou operacionais — o mercado está plenamente capacitado a fornecê-los de maneira competitiva. Esses bens podem ser facilmente adquiridos de empresas especializadas, sem que isso gere qualquer limitação à competição entre as empresas do ramo. Na prática, isso significa que a contratação de tais bens pode ser realizada com um número significativo de fornecedores, o que mantém a concorrência saudável e transparente, como exige a legislação sobre licitações.

6.5.2 Embora, em muitos casos, a subcontratação pode ser uma solução viável para empresas que, por algum motivo, não têm capacidade para executar integralmente o objeto do contrato, quando se fala em subcontratação no âmbito de licitações, é fundamental entender que a legislação e as normativas

específicas exigem cuidado para garantir que a subcontratação não comprometa a qualidade do serviço ou bem contratado, nem a integridade do processo licitatório.

6.6 GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.6.1 Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 39 do Decreto Municipal nº 60.155/2024, tendo em vista que não se aplica a nenhuma hipóteses previstas nos incisos I e II do referido decreto.

7 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.1.2 Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.1.3 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.5 Obriga-se a manter durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer sua manutenção.

7.1.6 A CONTRATADA se responsabiliza por todas as dívidas porventura advindas da presente compra junto ao comércio ou indústria, ficando o CONTRATANTE isento de quaisquer responsabilidades perante os mesmos.

7.1.7 Os custos com substituição de produtos apresentados em desacordo com as especificações técnicas, correrão por conta da Contratada.

7.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução do objeto contratual.

7 . 1 . 9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto.

7 . 1 . 1 0 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7 . 1 . 1 1 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.1.12 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

7 . 1 . 1 3 A contratada deverá realizar a montagem do item, quando aplicável, no local de destino sem custo adicional.

7.2 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7 . 2 . 1 São obrigações do Contratante além das constantes todas as obrigações deste termo de referência, edital e seus anexos;

7.2.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada;

7.2.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7 . 2 . 1 . 3 Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7 . 2 . 1 . 4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;

7.2.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.2.1.6 Efetuar o pagamento ao contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.2.1.7 Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

7.2.1.8 Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

7.2.1.8.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

- 7.2.1.8.2** fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela contratada;
- 7.2.1.8.3** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da contratada;
- 7.2.1.8.4** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 7.2.1.8.5** demandar a funcionário da contratada a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- 7.2.1.8.6** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da contratada.
- 7.2.1.9** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela contratada;
- 7.2.1.10** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.2.1.10.1** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 7.2.1.10.2** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 7.2.1.11** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 7.2.1.12** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 7.3.1** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.;
- 7.3.2** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 7.3.3** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 7.3.4** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 7.3.5** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado

eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.3.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.3.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.3.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.3.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.3.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.3.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.3.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.3.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

7.4 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.4.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- e) fraudar a licitação.
- f) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

7.4.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- g) der causa à inexecução parcial do contrato;
- h) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- i) der causa à inexecução total do contrato;
- j) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- k) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- l) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- m) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- n) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

7 . 4 . 3 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência

II. Multa:

a. moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

b. moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo **5% (cinco por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.1. O atraso superior a **30 dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021

c. compensatória de **5% (cinco por cento)**, sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III. Impedimento de licitar e contratar

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

7 . 4 . 4 A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4.5 Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4.5.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4.5.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4.5.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo 5 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.4.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.4.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4.10 O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de

2021).

7.4.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.4.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

8 **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e da regulação municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.7. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

8.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

8.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

8.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.8.1.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

8.9. GESTOR DO CONTRATO

8.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.9.5. O setor de contratação comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

8.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.1. LIQUIDAÇÃO:

9.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.

9.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.1.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.1.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.1.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.1.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.1.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.2. PRAZO DE PAGAMENTO:

9.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto nesse instrumento.

9.2.2. No caso de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

$$I = (6/100)$$

$$365$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula.

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

9.3. FORMA DE PAGAMENTO

9.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.3.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.4. DO REAJUSTE

9.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.4.2. Após o interregno de um ano, à pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 9.4.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 9.4.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 9.4.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 9.4.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 9.4.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.4.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

10 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1.1. Será adotado o critério de **MENOR PREÇO** por lotes para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.

10.1.2. Em conformidade com os princípios da sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, será considerada mais vantajosa a proposta que comprovar, mediante documentação hábil, o atendimento a um ou mais dos seguintes critérios de sustentabilidade, a serem observados conforme a natureza dos itens:

10.1.2.1 Material veterinário para restagate e abrigo de animais: itens produzidos com materiais reutilizáveis com vida útil prolongada, com design que facilite o transporte, limpeza, higienização e conservação ao longo do tempo

10.1.2.2 Equipamentos de informática: equipamentos com certificação de eficiência energética reconhecida, como o selo Procel nível A ou a certificação internacional ENERGY STAR;

11.1.2 Os materiais a serem adquiridos enquadram-se no conceito de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, serem licitados por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

10.1.3. No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

10.1.4. Será adotado o modo de disputa **ABERTO/FECHADO**.

10.1.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

11 DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

11.1 Os documentos apresentados referentes a comprovação da inscrição do ato constitutivo da pessoa jurídica deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2 QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

11.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.2.3 Certidão conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

11.2.4 Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado (Débitos Fiscais e Dívida Ativa).

11.2.5 Certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, (Débitos Fiscais e Dívida Ativa).

11.2.6 CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, dentro do seu prazo de validade.

11.2.7 CNDT – Certidão de Negativa de Débito Trabalhista.

11.2.8 Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

11.2.9 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.3.1 **Certidão Certidão Certidão negativa de feitos sobre falência**, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;

1 1 . 3 . 2 Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.

11.3.3 **Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais** apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

11.3.4 Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.3.5 As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.

11.3.6 As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

11.3.7 6Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

a) Índice de Liquidez Geral ($\geq 1,00$):

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

b) Índice de Liquidez Corrente ($\geq 1,00$):

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c) Índice de Solvência Geral ($\geq 1,00$):

Ativo Total

SG = _____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

11.3.8 Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

11.3.9 As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

11.3.10 O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

11.3.11 Para a presente licitação, verificou-se que os três índices econômicos, acima relacionados, estabelecidos em patamares aceitáveis, são os mais apropriados para avaliar a capacidade do licitante de executar o contrato, de acordo com o disposto no caput do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, e na Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União (TCU), sem representar risco algum ao caráter competitivo do certame, sendo os mais usualmente adotados, visto que se complementam. Assim, será exigido dos participantes os Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação do balanço patrimonial.

11.4 Da apresentação da proposta

11.4.1 As licitantes deverão apresentar:

11.4.2 Catálogos e material (is) ilustrativo(s) original (is) ou cópia(s) em português, referente(s) ao(s) modelo(s) ofertado(s), comprobatório(s) da descrição técnica apresentada na sua proposta original.

11.4.3 Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a “FONTE” (endereço completo, por exemplo: <http://www.fabricantex.com/produtox>.) do respectivo documento possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto.

11.4.4 Possuam a indicação de garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

11.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.5.1 Para fins de habilitação técnica, serão exigidos os seguintes documentos:

11.5.2 **Certificado INMETRO**, conforme Portaria INMETRO / ME - número 61 de 17/02/2022 e Portaria nº 157, de 31 de março de 2022 – **para os item 4.**

11.5.3 A exigência de apresentação de Certificado de Conformidade do INMETRO para o item pretendido justifica-se pelo fato de se tratar de equipamento sujeito a regulamentação técnica específica, nos termos da **Portaria nº 61, de 17 de fevereiro de 2022**, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Estabilizadores de Tensão.

11.5.4 Referida norma estabelece, em seu art. 5º, que os estabilizadores de tensão fabricados, importados, distribuídos e comercializados em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser submetidos, compulsoriamente, à avaliação da conformidade por meio do mecanismo de certificação. Assim, a certificação pelo INMETRO constitui requisito obrigatório para a regular comercialização do produto no país.

11.5.5 Nesse contexto, a Administração Pública, ao promover a contratação, deve observar as normas técnicas e regulamentares aplicáveis ao objeto, não sendo admissível a aquisição de produtos que não atendam às exigências legais vigentes. A exigência do referido certificado, portanto, não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária para assegurar que os bens adquiridos atendam a padrões mínimos de qualidade, segurança e desempenho, em conformidade com a regulamentação aplicável.

11.5.6 Ademais, a observância da certificação compulsória contribui para a mitigação de riscos relacionados ao uso do equipamento, tais como falhas elétricas, danos a outros dispositivos e eventuais acidentes, garantindo maior confiabilidade na execução das atividades administrativas e operacionais que dependem do seu funcionamento.

12 **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

12.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 22.792,44 (vinte e dois mil, setecentos e noventa e dois reais e quarenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos no Apêndice I.

13 **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 A presente contratação será atendida pela disponibilidade de recursos financeiros oriundos da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, provenientes do Processo nº 0847225-92.2021.8.10.0001 – Classe: Ação Civil Pública e seguinte dotação:

- 1) Unidade:** 15/901
- 2) Projeto Atividade:** 2161
- 3) Modalidade:** 4490
- 4) Elemento de Despesa:** 52
- 5) Sub-Elemento Despesa:** 99

6) **Ficha:** 194

7) **Fonte:** 2501000000

14 **DOS APÊNDICES**

14.1 Integra este termo de referência:

APÊNDICE I – Planilha Descritiva e Orçamentária;

APÊNDICE II – Descritivo dos Itens

Elaborador:

Diego Benigno Brito Soares

Consultor de Compras/SUMAPA

Matrícula: 51762

Ciente:

Diego de Jesus Abreu Mota

Coordenador de Compras e Registro/SUMAPA

Matrícula: 48111

APÊNDICE I

PLANILHA DESCRITIVA E ORÇAMENTÁRIA



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	CATMAT	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL	METODOLOGIA P/ OBTENÇÃO DE PREÇOS
LOTE 1 - MATERIAL VETERINÁRIO PARA RESGATE E ABRIGO DE ANIMAIS - COTA EXCLUSIVA ME - EPP 100%							
1	Caixa de Transporte Animal – Grande Material: Plástico super-resistente de Polipropileno; Dimensões mínimas: 102x72x76cm; Aplicação: cães até 50kg; Características Adicionais: Desmontável, Lavável, Grade em Metal Resistente, Janelas Laterais e rodinhas; Tipo: Desmontável	UNIDADE	2	334331	R\$ 1.490,00	R\$2.980,00	MÉDIA

2	Canil Material: Aço inoxidável; Capacidade para 8 animais; Estrutura: 3 módulos sobrepostos; Dimensões aproximadas: Módulo grande (2 portas): 120 cm (L) x 60 cm (C) x 90 cm (A); Módulos Pequenos (3 portas cada): 120 cm (L) x 60 cm (C) X 60 cm (A); com rodas de 3"; divisórias, grelhas e bandejas removíveis; fechadura americana.	UNIDADE	1	483818	R\$ 14.083,63	R\$14.083,63	MÉDIA
TOTAL DO LOTE 1						R\$17.063,63	
LOTE 2 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - COTA EXCLUSIVA ME - EPP 100%							
	Microcomputador - Processador: Intel Core i3 (10ª geração ou superior), mínimo 2 núcleos e 4 threads, frequência base \geq 3.0 GHz. Memória RAM: Mínimo 8GB DDR4, expansível (mín. 2 slots disponíveis). Armazenamento: SSD de 512GB (SATA III ou NVMe). Placa-mãe: Suporte a UEFI e expansão de RAM; interface para SSD. Vídeo: Gráficos integrados com saída para monitor FullHD. Monitor tela no mínimo 24 polegadas, tipo de tela: LED, formato tela: WideScreen, qualidade de						

3	<p>imagem: Full HD, interatividade da tela: sem interatividade, ajuste: sem ajustes de regulagem, alimentação: bivolt, Conectividade: Mínimo 6 portas USB (mín. 2 USB 3.0);1 HDMI/DP/VGA;1 RJ-45 Gigabit Ethernet; Áudio P2 in/out. Periféricos: Teclado ABNT2 com fio (USB);Mouse óptico com fio (1000 DPI, USB).Gabinete: Torre média ou minitorre, fonte mínima 200W, proteção contra surtos. Sistema Operacional: Licenciado e original, fabricante OEM, Windows 11 Pro 64bits. Garantia: 36meses on-site, com rede técnica nacional.</p>	UNIDADE	1	457184	R\$ 3.227,85	R\$ 3.227,85	MÉDIA
4	<p>Estabilizador de tensão Alimentação entrada: bivolt, tipo: nobreak, quantidade de tomadas de saída: 8, capacidade nominal: 1.500 VA.</p>	UNIDADE	2	474218	R\$ 1.250,48	R\$ 2.500,96	MÉDIA
TOTAL DO LOTE 2						R\$ 5.728,81	
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 22.792,44	

APÊNDICE II

DESCRIPTIVO DOS ITENS

LOTE 1 - MATERIAL VETERINÁRIO PARA RESGATE E ABRIGO DE ANIMAIS			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA
1	<p>Caixa de Transporte Animal – Grande</p> <p>Material: Plástico super-resistente de Polipropileno; Dimensões mínimas: 102x72x76cm; Aplicação: cães até 50kg; Características Adicionais: Desmontável, Lavável, Grade em Metal Resistente, Janelas Laterais e rodinhas; Tipo: Desmontável.</p> <p>CATMAT: 334331</p>	2 UNID	
2	<p>Canil</p> <p>Material: Aço inoxidável; Capacidade para 8 animais; Estrutura: 3 módulos sobrepostos; Dimensões aproximadas: Módulo grande (2 portas): 120 cm (L) x 60 cm (C) x 90 cm (A); Módulos Pequenos (3 portas cada): 120 cm (L) x 60 cm (C) X 60 cm (A); com rodas de 3"; divisórias, grelhas e bandejas removíveis; fechadura americana.</p> <p>CATMAT 483818</p>	1 UNID	



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Diego Benigno Brito Soares, Técnico de Nível Superior**, em 26/05/2026, às 11:34, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Diego De Jesus Abreu Mota, Coordenador**, em 26/05/2026, às 14:03, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **4039749** e o código CRC **131208A2**.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 90.034/2026 – CPL/PMSL

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa _____ inscrita no CNPJ/MF nº _____ com sede na _____, neste ato representada pelo (a) Srº _____, RG nº _____ e CPF nº _____, e-mail _____, telefone/WhatsApp _____, interessada na _____, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas no Termo de Referência, propõe à _____, de acordo com esta Proposta Comercial, nas seguintes condições:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	CATMAT	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL	METODOLOGIA P / OBTENÇÃO DE PREÇOS
LOTE - ...							
1							
2							
TOTAL DO LOTE ...						R\$...	
VALOR GLOBAL						R\$ (...)	

- 1. VALOR TOTAL DA PROPOSTA:** R\$ _____ (_____);
- 2. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:** de acordo com o *Termo de Referência*;
- 3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** conforme *Termo de Referência*;
- 4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:**
- 5. DADOS BANCÁRIOS:**
 - Banco:
 - Código:
 - Agência:
 - Conta Corrente:
 - CPF/CNPJ:
 - Nome/Razão Social:
- 6. DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:**
 - Nome completo:
 - Endereço:
 - RG / CPF:
 - Cargo / Função:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- Telefone/WhatsApp (atualizado):
- E-mail (atualizado):

São Luís – MA, ____ de _____ de 2026.

Assinatura: _____

Representante Legal da Empresa



P R E F E I T U R A D E S Ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

MINUTA DO CONTRATO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO DO AMBULATÓRIO VETERINÁRIO DA UVZ/SVES/SEMUS, VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUÍS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXX, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DORAVANTE ESTABELECIDAS.

BASE LEGAL: FEDERAL: LEI Nº 14.133/2021, ART. 28, INCISO I, DECRETO Nº 12.031/2024.

MUNICIPAL: DECRETO Nº 60.155/2024 E PROCESSO Nº 15901.019314/2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.816.886/0001-98, com sede na rua Dep. Raimundo Vieira da Silva, n. 2000, Parque do Bom Menino, Centro, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, neste ato representada por seu titular a Sr.(a) **ANA CAROLINA MARQUES MITRI DA COSTA**, portador(a) da carteira de identidade nº. **0000616983964**, expedida pela SSP/MA e inscrito(a) no CPF sob nº. **629.335.313-72**, residente e domiciliado(a) nesta cidade, doravante denominada de **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXX, e-mail eletrônico XXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº. XXXXXXXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **XXXXXXXXXXXXXXX**, portador(a) da C.I. nº. XXXXXXXX XX/XX e CPF nº. XXXXXXXXXXXX, doravante denominada de **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato, que se regerá pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a legislação que rege a espécie, atendidas as cláusulas e condições que se anunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PROCEDIMENTO

1. O presente Contrato obedece aos termos do Edital da Proposta e da Lei nº 14.133/2021, art. 28, inciso I, Decreto nº 12.031/2024 e Decreto Municipal nº 60.155/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente instrumento tem por objeto a **Aquisição de Materiais Permanentes destinados à Estruturação do Ambulatório Veterinário da UVZ/SVES/SEMUS vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís / SEMUS**, de acordo com a estimativa média, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, constante no anexo I do Edital de licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta da CONTRATADA.

2.2. Compõem o objeto da contratação:

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD	PREÇO R\$	
				UNIT.	TOTAL



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

VALOR TOTAL					R\$ XXXXXXX

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1. O Termo de Referência;

2.3.2. O Edital do Pregão nº ____/20____.

2.3.3. A proposta do contratado;

2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. O prazo de início: será de 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento, de forma única.

3.2. Caso a empresa contratada não consiga cumprir com o prazo estipulado para a entrega, a mesma deverá enviar à contratante pedido de prorrogação de prazo, assim como justificativa para um novo prazo de entrega, com pelos menos 10 (dez) dias úteis, ressalvadas as situações de caso fortuito ou força maior, que será analisado pela contratante com posterior aceite ou não, podendo ser possível de sanção.

3.3. RECEBIMENTO DO OBJETO

3.3.1. Provisoriamente: de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.3.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.3.3. Quando houver reparação ou substituição de bens, o contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos durante a execução dos reparos.

3.3.4. Definitivamente: no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

3.3.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o item acima não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.3.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.3.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

3.3.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

3.3.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3.4. GARANTIA

3.4.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar a garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento do objeto.

3.4.2. No caso de prazo superior a 12 (doze) meses fornecido pelo fabricante, este prevalecerá para fins de garantia.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4. O Valor total do seguinte contrato importa em **R\$ XXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.

4.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	
Projeto Atividade	
Natureza de Despesas	
Fonte do Recurso	
Ficha	
Nota de Empenho	

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6. PRAZO DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto nesse instrumento.

6.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$365$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula.



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

N= Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP= Valor da Parcela em atraso

6.3. FORMA DE PAGAMENTO

6.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.3.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.4. LIQUIDAÇÃO:

6.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.

6.4.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.4.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.4.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

6.4.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.4.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) mes, contado da data da assinatura contratual, na forma dos Art.105 da Lei nº 14.133/21, tendo sua eficácia condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), consoante o art. 94 da mesma Lei.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

8. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 39 do Decreto Municipal nº 60.155/2024, tendo em vista que não se aplica a nenhuma hipóteses previstas nos incisos I e II do referido decreto.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9. São obrigações do Contratante, além das constantes no Contrato, no Edital e seus anexos:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada.

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;

9.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.6. Efetuar o pagamento ao contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.7. Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8. Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

9.8.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

9.8.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela contratada;

9.8.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da contratada;

9.8.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

9.8.5. Demandar a funcionário da contratada a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

9.8.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da contratada.

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela contratada;



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

9.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.10.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1. Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Obriga-se a manter durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer sua manutenção.

10.5. A CONTRATADA se responsabiliza por todas as dívidas porventura advindas da presente compra junto ao comércio ou indústria, ficando o CONTRATANTE isento de quaisquer responsabilidades perante os mesmos.

10.6. Os custos com substituição de produtos apresentados em desacordo com as especificações técnicas, correrão por conta da Contratada.

10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução do objeto contratual.

10.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto.

10.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

10.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.12. A contratada deverá realizar a montagem do item, quando aplicável, no local de destino sem custo adicional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo nos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acréscimos ou supressões** que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- e) fraudar a licitação.
- f) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência

II. Multa:

- a. moratória de 1% (um por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b. moratória de 1% (um por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

b.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021

c. compensatória de 5% (cinco por cento), sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III. Impedimento de licitar e contratar

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar

13.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

13.11. O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e da regulação municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

15.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

15.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

15.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

15.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

15.5. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- SEMUS -

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

16.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO GESTOR DO CONTRATO

17.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

17.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

17.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

17.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

17.5. O setor de contratação comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

17.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO

18.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

18.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

18.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

18.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

18.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- SEMUS -

18.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

18.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

18.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

18.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.6.3. Indenizações e multas.

18.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

18.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

19.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

19.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

19.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS

20. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- SEMUS -

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

21. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Município de São Luís, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos prazos previstos no inciso II do caput do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís – Comarca da Ilha de São Luís, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Luís (MA), _____ de _____ de 2025.

ANA CAROLINA MARQUES MITRI DA COSTA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

EMPRESA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROC.SEI Nº 15901.019314/2025

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. Objeto da Contratação:** Aquisição de Materiais Permanentes para estruturar o ambulatório da Unidade de Vigilância em Zoonoses de São Luís – MA.
- 1.2. Área/Setor Requisitante:** Superintendência de Vigilância Epidemiológica e Sanitária-SVES.

2. RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO

- **Nome:** Regina Célia Oliveira Fróz
Cargo: Médica Veterinária
Matrícula: 16194
- **Nome:** Francelena de Sousa Silva
Cargo: Superintendente de Vig. Epidemiológica e Sanitária/SVES/SEMUS,
Matrícula: 26997

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação visa atender ao de Plano de Ação voltado ao resgate e à assistência médico-veterinária de cães e gatos em situações de abandono ou maus-tratos no município de São Luís-MA, conforme preconizado pela legislação vigente e pelas diretrizes de saúde pública. A Unidade de Vigilância em Zoonoses (UVZ), em conformidade com a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.138, de 23 de maio de 2014, tem como atribuição a execução de ações e serviços de vigilância, prevenção e controle de zoonoses, bem como o atendimento a acidentes causados por animais de relevância para a saúde pública.

3.2. Nesse contexto, a Lei Municipal nº 418, de 23 de novembro de 2016, estabelece a responsabilidade do Centro de Zoonoses do Município quanto ao recolhimento, vacinação, identificação e tratamento clínico dos animais abandonados em vias públicas, mercados e feiras da cidade. Tais animais devem ser cadastrados, identificados individualmente (inclusive por meio de microchipagem), submetidos à triagem clínica e exames laboratoriais, e, quando em bom estado de saúde, mantidos sob a tutela do Centro em ambiente adequado e livre de maus-tratos.

3.3. Para garantir a efetividade dessas ações, a UVZ **necessita implantar um ambulatório destinado ao tratamento clínico e à realização de pequenos procedimentos cirúrgicos nos animais sob sua guarda**, atualmente nos canis e gatis da unidade. Essa medida visa assegurar melhores condições de atendimento e recuperação dos animais, além de promover ações de saúde pública e bem-estar animal



alinhadas às políticas públicas municipais e federais.

3.4. A presente solicitação decorre da disponibilidade de recursos financeiros oriundos da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, provenientes do Processo nº 0847225-92.2021.8.10.0001 – Classe: Ação Civil Pública. Tais recursos foram destinados à execução do referido plano de ação (anexo 1), que contempla a infraestrutura necessária para o funcionamento adequado do ambulatório veterinário.

3.5. Portanto, a aquisição em questão visa assegurar a implantação e operação de um ambulatório estruturado, equipado e funcional para a realização de atendimentos médicos-veterinários; atender as diretrizes do plano aprovado judicialmente para a proteção e bem-estar animal; proporcionar melhores condições de trabalho aos profissionais envolvidos nas ações da UVZ e garantir um ambiente adequado para guarda, triagem, atendimento e acompanhamento dos animais sob a tutela do município.

4. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO - PAC

4.1. Informamos que a despesa em questão está devidamente prevista no Plano de Contratação Anual (PCA) para o exercício corrente, em conformidade com as normas.

4.2. A presente contratação está prevista no Plano de Contratação Anual da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, disponível eletronicamente através do link: <https://pncp.gov.br/app/pca/06307102000130/2025/75> no Portal Nacional de Contratações Públicas demonstrando-se dessa forma seu alinhamento com o Planejamento da Administração, nos termos do inciso II, do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

- PCA 2025 – 2129;
- ID PCA PNCP: 06307102000130-0-000075/2025;
- ID do item no PCA: 1;
- Classe/Grupo: 434 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos Gerais

5.1.1. Os bens objeto deste instrumento são caracterizados como comuns, por possuírem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos com base em especificações usuais no mercado.

5.1.2. O fornecimento dos bens é enquadrado como não continuado, tendo em vista que se trata de entrega de bens sem que haja uma demanda de carácter permanente.



5.1.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, prorrogável pelo mesmo período.

5.2. Requisitos Legais

5.2.1. A presente contratação segue os dispositivos legais: Decreto Municipal nº 60.155/2024 e Lei de licitações nº 14.133/2021.

5.3. Requisitos de Qualificação Técnica

5.4. Considerando que o objeto deste Estudo Técnico Preliminar consiste no **fornecimento de bens**, e não na execução de serviços ou obras, **não se justifica a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional** como requisito de habilitação para as empresas que participarão do certame.

5.5. Requisitos da Contratação

5.5.1. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal de serviço ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para fins do recebimento definitivo.

5.5.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclua a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita execução do contrato.

5.5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto.

5.5.4. Não serão exigidas amostras do objeto.

5.5.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. Condições de Entrega

5.6.1. A contratada deverá fornecer os itens no Almoxarifado da SEMUS-SLZ, situado na Av. Engenheiro Emiliano Macieira – BR 135, Km 6 – Galpões 16, 17 e 18, CEP: 65.095-302 -Maracanã – São Luís/MA, obedecendo o horário de entrega, de segunda à sexta-feira, das 8:00h às 15:00h.

5.6.2. O prazo de entrega dos bens é de até 60 (sessenta) dias úteis, contados da ordem de fornecimento, em remessa única.

5.6.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



- 5.6.4.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 5.6.5.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 5.6.6.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 5.6.7.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando – se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 5.6.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluíra a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita execução do contrato.

5.7. Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.7.1.** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar a garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento do objeto.

5.8. Obrigações da Contratada

- 5.8.1.** Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas na licitação;
- 5.8.2.** Fornecer os produtos com os catálogos técnicos, manuais e certificações;
- 5.8.3.** A contratada deverá realizar a montagem do item, quando aplicável, no local de destino sem custo adicional.
- 5.8.4.** Substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;
- 5.8.5.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante a execução contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Secretaria;
- 5.8.6.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE,



cujas solicitações se sujeita a atender prontamente;

5.9. Requisitos de Sustentabilidade

5.9.1. Em conformidade com os princípios da sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, será considerada mais vantajosa a proposta que comprovar, mediante documentação hábil, o atendimento a um ou mais dos seguintes critérios de sustentabilidade, a serem observados conforme a natureza dos itens:

5.9.1.1. Itens de informática: equipamentos com certificação de eficiência energética reconhecida, como o selo Procel nível A ou a certificação internacional ENERGY STAR;

5.9.1.2. Móveis de escritório: preferência por fornecedores que adotem políticas de gestão ambiental e mobiliário com design modular ou de fácil manutenção, que facilitem reparos e aumentem a vida útil;

5.9.1.3. Equipamentos médico-veterinário hospitalares: preferência por produtos fabricados com materiais resistentes e recicláveis, que permitam esterilização e reutilização, bem como acondicionados em embalagens recicláveis ou com menor impacto ambiental.

5.9.1.4. Materiais veterinários: itens produzidos com materiais reutilizáveis com vida útil prolongada, com design que facilite o transporte, limpeza, higienização e conservação ao longo do tempo.

5.10. Do julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:

5.10.1. Somente serão aceitos os produtos que:

5.10.1.1. Atendam integralmente às especificações técnicas;

5.10.1.2. Possuam garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. As quantidades previstas foram definidas com base nas necessidades operacionais do futuro ambulatório médico veterinário, considerando os recursos humanos disponíveis, a capacidade de atendimento estimada e o espaço físico existente.

6.2. As quantidades foram ajustadas proporcionalmente, priorizando os itens essenciais para o funcionamento do ambulatório, sem comprometer a qualidade do atendimento nem exceder o limite orçamentário previsto.

6.3. É importante ressaltar que o licitante deverá observar atentamente as especificações constantes no Anexo 3, tendo em vista a inexistência de descrições idênticas no catálogo CATMAT para os itens listados. Foram, portanto, adotados os códigos que mais se aproximam das características dos materiais pretendidos, cabendo ao licitante atentar-se a



Prefeitura de São Luís
Secretaria Municipal de Saúde
Superintendência Vigilância Epidemiológica e Sanitária/SEMUS



descrição técnica detalhada para o correto atendimento do objeto.

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES			
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA
1	343687	Armário vitrine	2 unid
2	316104	Mesa clínica para atendimento veterinário	3 unid
3	421265	Maca	2 unid
4	252073	Balança digital para pet	1 unid
5	437420	Kit básico cirúrgico medicina veterinária 43 itens	10 kits
MATERIAL VETERINÁRIO PARA RESGATE E ABRIGO DE ANIMAIS			
6	334331	Caixa de Transporte Animal	2 unid
7	483818	Canil em aço inoxidável	1 unid
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA			
8	457184	Microcomputador	1 unid
9	474218	Estabilizador de tensão	2 unid
MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO			
10	458307	Armário alto	2 unid
11	342654	Mesa secretaria	2 unid
12	392757	Cadeira escritório	4 unid

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1. Para subsidiar a escolha da melhor solução para atendimento da demanda apresentada, foi realizado levantamento de mercado quanto às formas disponíveis de obtenção dos bens pretendidos, considerando as características técnicas dos itens, sua aplicabilidade nas atividades da Unidade de Vigilância em Zoonoses (UVZ) e as práticas comuns no setor público e privado.

7.2. Foram consideradas, inicialmente, alternativas como locação, comodato, parcerias e aquisições compartilhadas. No entanto, após análise técnica e consulta a fontes como Painel de Preços do Governo Federal, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), fornecedores especializados e demais experiências administrativas, verificou-se que **a aquisição direta é a alternativa mais vantajosa para a administração pública**, por diversos motivos:

7.2.1. Inexistência ou inviabilidade de locação/comodato para itens específicos, como armários vitrines, mesas e macas veterinárias, canis em aço inox e kits cirúrgicos, os quais são duráveis, de uso constante e integrados às rotinas operacionais da UVZ;

7.2.2. Itens de uso técnico, contínuo ou individual, como caixas de transporte, balanças e microcomputadores, não são ofertados com regularidade sob regime de comodato ou locação no mercado, ou, quando ofertados, apresentam custos recorrentes elevados e maior insegurança contratual;

7.2.3. A aquisição garante disponibilidade permanente, autonomia funcional, padronização de equipamentos e racionalização de gastos públicos, especialmente para bens de longa vida útil e com alta demanda por parte dos serviços de saúde pública



Prefeitura de São Luís
Secretaria Municipal de Saúde
Superintendência Vigilância Epidemiológica e Sanitária/SEMUS

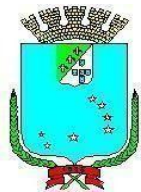


veterinária;

7.2.4. Equipamentos de informática e estabilizadores, quando locados, acarretam despesas contínuas, dependência de fornecedores e exigem maior controle e reposição a médio prazo, sendo mais econômico e eficiente para o ente público possuir os bens sob sua titularidade.

7.3. Abaixo segue quadro explicativo com as opções de mercado encontradas e justificativa técnica:

Item	Alternativas de Mercado (Locação, comodato, outros)	Justificativa da Aquisição Direta como Opção Mais Vantajosa
Armário vitrine	Locação incomum; comodato não disponível	Equipamento de baixo custo unitário, de longa vida útil e necessário para organização e conservação segura de materiais. A aquisição elimina a necessidade de pagamentos recorrentes e garante propriedade e disponibilidade permanente.
Mesa veterinária para atendimento	Locação rara; comodato geralmente indisponível	Item essencial para o atendimento clínico veterinário. A aquisição garante durabilidade, adaptação permanente ao ambiente da UVZ e economia em longo prazo. Aluguel não é financeiramente viável para itens permanentes com uso contínuo.
Maca em aço inox	Locação possível em ambiente hospitalar humano, mas rara na área veterinária	Item de uso recorrente e constante movimentação de animais em procedimentos. A aquisição é mais vantajosa pois evita indisponibilidade em momentos críticos e custos acumulados com aluguéis prolongados.
Balança digital para pet	Locação incomum; comodato raro	A pesagem é atividade de rotina nos atendimentos veterinários. A aquisição garante acesso contínuo, padronização e manutenção do equipamento próprio, evitando interrupções nas atividades e custos repetitivos.
Kit básico cirúrgico (43 itens)	Não aplicável – itens de uso técnico e pessoal, geralmente de propriedade do serviço	Instrumental cirúrgico é essencial e reutilizável mediante esterilização. A aquisição permite composição de estoques próprios para múltiplas cirurgias, evita dependência de terceiros e eleva a autonomia técnica da unidade.
Caixa de Transporte Animal – Grande	Locação incomum; comodato raro para esse tipo de bem	Equipamento necessário para o transporte seguro de animais de grande porte, especialmente em ações de resgate. A aquisição assegura disponibilidade imediata e evita custos recorrentes ou indisponibilidade em momentos emergenciais.



Canil em aço inox com 3 módulos	Locação praticamente inexistente; comodato incomum na área veterinária pública	Estrutura essencial para acomodação segura e higiênica de animais resgatados. A aquisição garante durabilidade, autonomia da UVZ e viabilidade financeira frente à ausência de alternativas estáveis de locação ou comodato.
Microcomputador completo	Locação possível, porém, com custo recorrente elevado; comodato incomum para uso contínuo institucional	O uso do microcomputador será contínuo, por tempo indeterminado, e integra as rotinas administrativas e operacionais da UVZ. A aquisição evita custos mensais de locação, garante propriedade e suporte técnico conforme exigências do serviço público.

7.4. Dessa forma, conclui-se que a aquisição é a solução que melhor atende aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, oferecendo o melhor custo-benefício e assegurando o pleno funcionamento das ações de vigilância em saúde, resgate, abrigo, atendimento e controle populacional de animais na cidade de São Luís/MA.

7.5. A utilização do procedimento auxiliar do sistema de registro de preços mostra-se inviável ao presente contexto, por não haver necessidade de contratações frequentes e não ser conveniente a estruturação do ambulatório por meio de aquisição parcelada dos bens. Além disso, conforme o decreto municipal nº 60.157/2024, o SRP será adotado preferencialmente quando for conveniente a aquisição de bens para mais de um órgão e quando não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.

7.6. Nesse sentido, **justifica-se a utilização do Pregão Eletrônico como modalidade licitatória adequada para a aquisição dos bens ora demandados**, em conformidade com a Lei nº14.133/2021 e com os princípios que regem a Administração Pública.

8. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A pesquisa de preços para a determinação do preço estimado para a referida contratação, considerou o custo unitário igual à média do item correspondente no Painel de Preços. Durante as pesquisas verificou-se que para alguns itens demandados não era possível aferir a sua similaridade com o objeto pesquisado nos portais oficiais, uma vez que estes não possuíam um código específico no catálogo CATMAT, sendo utilizado para a pesquisa o CATMAT aproximado que melhor representasse as características do item.

8.2. Assim, foi necessário complementar a consulta por meio de cotação direta com fornecedores (canil inox 8 lugares) e consulta a sítios eletrônicos de empresas com boa credibilidade no ramo de atuação (caixas de transporte animal e kit cirúrgico 43 peças), em razão de não ter sido encontrado similaridade entre estes itens, após análise qualitativa, com os itens encontrados no Painel de Compras. Neste foram encontradas gaiolas ao invés de canil inox de 8 lugares, caixas de transportes pequenas sem capacidade para suportar animais de até 50 kg, e kits cirúrgicos divergentes do demandado pela área técnica.

8.3. Assim, o valor estimado para a contratação é **R\$ 66.844,72 (sessenta e seis mil reais, oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos)**.




8.4. O detalhamento dos itens e valores unitários estimados, bem como as memórias de cálculo, encontram-se nos anexos a este instrumento.



Prefeitura de São Luís
Secretaria Municipal de Saúde
Superintendência Vigilância Epidemiológica e Sanitária/SEMUS



ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	R\$ 37.534,75
MATERIAL VETERINÁRIO PARA RESGATE E ABRIGO DE ANIMAIS	R\$ 14.571,80
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	R\$ 10.013,61
MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO	R\$ 4.724,56
TOTAL	R\$ 66.844,72

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO	IMAGEM ILUSTRATIVA
1	Armário vitrine Material: Fundo/Teto chapa Aço esmaltado, Estrutura Metálica com Pintura Eletrostática Epóxi; Material Prateleiras: 4 Prateleiras de Vidro c/ 4mm Espessura; Quantidade Portas: 2 Portas; Dimensões mínimas: Altura 1,60 m x Largura 0,60 x Profundidade 0,40; pés com ponteiros em borracha ou pvc. CATMAT: 343687	2 UNID	R\$ 960,06	R\$ 1.920,12	
2	Mesa veterinária para atendimento Material: tubos e Chapas de Aço Inoxidável; com altura regulável; Dimensões mínimas: Comprimento 1,19m x Largura 0,60m x Altura 0,80 m; com tampos com vincos e furo no centro; suporte de soro com regulagem de altura; suporte para contenção; balde de alumínio. CATMAT: 316104	3 UNID	R\$ 1.268,24	R\$ 3.804,72	
3	Maca material em aço inox 304, com leito removível, proteção lateral articulável, rodízios com freio, suporte para soro, dimensões mínimas: 90 x 120 x 51 CATMAT: 421265	2 UNID	R\$ 2.115,30	R\$ 4.230,60	



Prefeitura de São Luís
Secretaria Municipal de Saúde
Superintendência Vigilância Epidemiológica e Sanitária/SEMUS





4	Balança digital para pet Capacidade de pesagem mínima 200kg, Dimensões mínimas: 60 x 50 cm; precisão de 100g; plataforma sem coluna; material plataforma: aço inox; Pés que permitam aderência e nivelamento; Voltagem: 110/220 V CATMAT: 252073	1 UNID	R\$ 2.700,71	R\$ 2.700,71	
5	Kit básico cirúrgico medicina veterinária 43 itens 01 estojo inox 26 x 12 x 06 cm; 01 par afastador farabeuf 13 x 125 mm; 01 un cabo p/ bisturi nº4; 01 tesoura cirúrgica romba fina reta 15cm; 01 tesoura mayo stile reta 15cm; 01 tesoura mayo stile curva 15cm; 01 tesoura metzembaum reta 15cm; 01 tesoura metzembaum curva 15cm; 01 tesoura spencer reta 12cm; 02 pinça anatômica c/ dente de rato 14cm; 01 un pinça anatômica c/ serrilha 14cm; 02 pinça halstead mosquito reta 12cm; 02 pinça halstead mosquito curva 12cm; 02 pinça crile reta 16cm; 02 pinça crile curva 16cm; 02 pinça kelly reta 16cm; 02 pinça kelly curva 16cm; 01 pinça rochester carmalt reta 16cm; 01 pinça rochester carmalt curva 16cm; 01 pinça kocker reta 14cm; 01 pinça duval colin 20cm; 01 porta agulha mayo hegar 16cm; 01 porta agulha mathieu 17cm; 02 pinça allis 15cm 5 x 6 dentes; 06 pinça backhaus 13cm (p/campo); 03 agulha p/ sutura g-10 1/2 círculo cortante; 02 pinça kocker intestinal curva 25cm. CATMAT: 437420	10 KITS	R\$ 2.487,86	R\$ 24.878,60	
TOTAL					R\$ 37.534,75



Prefeitura de São Luís
Secretaria Municipal de Saúde
Superintendência Vigilância Epidemiológica e Sanitária/SEMUS



MATERIAL VETERINÁRIO PARA RESGATE E ABRIGO DE ANIMAIS					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	IMAGEM ILUSTRATIVA
6	Caixa de Transporte Animal – Grande Material: Plástico super-resistente de Polipropileno; Dimensões mínimas: 102x72x76cm; Aplicação: cães até 50kg; Características Adicionais: Desmontável, Lavável, Grade em Metal Resistente, Janelas Laterais e rodinhas; Tipo: Desmontável CATMAT: 334331	2 UNID	R\$ 1.790,90	R\$ 3.581,80	
7	Canil Material: Aço inoxidável; Capacidade para 8 animais; Estrutura: 3 módulos sobrepostos; Dimensões aproximadas: Módulo grande (2 portas): 120 cm (L) x 60 cm (C) x 90 cm (A); Módulos Pequenos (3 portas cada): 120 cm (L) x 60 cm (C) X 60 cm (A); com rodas de 3"; divisórias, grelhas e bandejas removíveis; fechadura americana. CATMAT 483818	1 UNID	R\$ 10.990,00	R\$ 10.990,00	
TOTAL				R\$ 14.571,80	



Prefeitura de São Luís
Secretaria Municipal de Saúde
Superintendência Vigilância Epidemiológica e Sanitária/SEMUS




EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	Microcomputador Processador: Intel Core i3 (10ª geração ou superior), mínimo 2 núcleos e 4 threads, frequência base \geq 3.0 GHz. Memória RAM: 8 GB DDR4, expansível (mín. 2 slots disponíveis). Armazenamento: SSD de 512 GB (SATA III ou NVMe). Placa-mãe: Suporte a UEFI e expansão de RAM; interface para SSD. Vídeo: Gráficos integrados com saída para monitor Full HD. Monitor tela no mínimo 24 polegadas, tipo de tela: LED, formato tela: WideScreen, qualidade de imagem: Full HD, interatividade da tela: sem interatividade, ajuste: sem ajustes de regulagem, alimentação: bivolt, Conectividade: Mínimo 6 portas USB (mín. 2 USB 3.0); 1 HDMI/DP/VGA; 1 RJ-45 Gigabit Ethernet; Áudio P2 in/out. Periféricos: Teclado ABNT2 com fio (USB); Mouse óptico com fio (1000 DPI, USB). Gabinete: Torre média ou minitorre, fonte mínima 200 W, proteção contra surtos. Sistema Operacional: Licenciado e original, fabricante OEM, Windows 11 Pro 64 bits. Garantia: 36 meses on-site, com rede técnica nacional. CATMAT: 457184	1 UNID	R\$ 8.136,67	R\$ 8.136,67
10	Estabilizador de tensão Alimentação entrada: bivolt, tipo: nobreak, quantidade de tomadas de saída: 8, capacidade nominal: 1.500 VA. CATMAT: 474218	2 UNID	R\$ 938,47	R\$ 1.876,94
TOTAL				R\$ 10.013,61



Prefeitura de São Luís
Secretaria Municipal de Saúde
Superintendência Vigilância Epidemiológica e Sanitária/SEMUS




MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (unidade)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	IMAGEM ILUSTRATIVA
11	Armário alto Armário vertical, tipo escritório, com duas portas de abrir, no mínimo três prateleiras internas, estrutura em MDP com espessura mínima de 15 mm, revestimento melamínico de baixa pressão (BP) em ambas as faces, resistente a umidade e de fácil higienização; cor externa cinza claro ou branco; com duas portas com dobradiças metálicas; puxadores em pvc, abs ou metálico; fechadura tipo cilíndrica com chave; 4 sapatas niveladoras; acabamento em fitas de borda PVC ou ABS aplicada em todas as arestas. Dimensões aproximadas: altura 180cm x largura 80 cm x profundidade 40cm. CATMAT: 458307	2 UNID	R\$ 778,00	R\$ 1.556,00	



Prefeitura de São Luís
Secretaria Municipal de Saúde
Superintendência Vigilância Epidemiológica e Sanitária/SEMUS




12	<p>Mesa secretaria Estrutura em MDP com espessura mínima de 15 mm; tampo aglomerado de alta resistência com espessura mínima de 18 mm, com revestimento melamínico de baixa pressão (BP), acabamento texturizado ou fosco; cor padrão: cinza claro ou branco; dimensões aproximadas: comprimento 120cm x largura 60cm x altura 74 cm; mínimo de 2 gavetas laterais do lado direito ou esquerdo, com correições metálicas e chave; puxadores em PVC, ABS ou metálicos; estrutura de sustentação: pés ou painéis laterais em MDP com espessura mínima de 15 mm, travessa inferior ou barra metálica para reforço, com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi na cor preta; acabamento com fita de PVC ou ABS em todos os lados expostos; pés com sapatas niveladoras em PVC ou polipropileno, com regulagem de altura. CATMAT: 342654</p>	2 UNID	R\$ 320,32	R\$ 640,64	
----	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------	------------	------------	-------------------------------------------------------------------------------------



Prefeitura de São Luís
Secretaria Municipal de Saúde
Superintendência Vigilância Epidemiológica e Sanitária/SEMUS



13	Cadeira escritório material estrutura: metálica, material revestimento assento e encosto: poliuretano injetado, material encosto: madeira multilaminada e prensada anatomicamente, material assento: madeira multilaminada e prensada anatomicamente, tratamento superficial estrutura: pintura em epóxi preto, tipo base: giratória com 05 patas de aço, tipo encosto: espaldar médio, cor: preta, tipo sistema regulagem vertical: a gás, características adicionais: tubo central, acabamento superficial estrutura: pintura epóxi, cor estrutura: preta, quantidade pés: 5 un, dimensões assento: 44 x 46 cm, dimensões encosto: 44 x 42 cm. CATMAT: 392757	4 UNID	R\$ 631,98	R\$ 2.527,92	
TOTAL					R\$ 4.724,56

8.5. Esta estimativa preliminar de valor deverá ser reavaliada, posteriormente, por meio de pesquisa de preços e outras técnicas estimativas, pela equipe de planejamento da contratação, para aumentar sua precisão e servir como parâmetro ao termo de referência, conforme dispõe o artigo 33 do Decreto Municipal Nº 60.155/2024.

8.6. Anexos a este estudo encontram-se os relatórios de pesquisas do Painel de Preços e memórias de cálculo.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. Considerando a análise das alternativas possíveis de mercado, identificou-se como alternativa mais adequada, **a aquisição** dos itens demandados. Logo a solução proposta consiste na adoção de um **único processo licitatório**, na modalidade **Pregão Eletrônico, estruturado por lotes** conforme a natureza dos itens, de forma a permitir maior racionalização do procedimento e ampliação da competitividade entre os fornecedores especializados, assegurando o melhor custo- benefício para a administração. Ademais, o Pregão Eletrônico, conforme disposto no art. 28, inciso IV, da Lei 14.133/2021, trata-se de modalidade preferencial para a aquisição de bens comuns, cuja definição encontra-se no art. 6º, inciso LV, do mesmo diploma legal.

9.2. A disponibilidade orçamentária e o planejamento técnico da UVZ orientaram a definição



Prefeitura de São Luís
Secretaria Municipal de Saúde
Superintendência Vigilância Epidemiológica e Sanitária/SEMUS



das quantidades estimadas e a priorização dos itens essenciais à fase inicial de funcionamento do ambulatório médico-veterinário. A estruturação da solução em grupos de bens com funções complementares assegura o funcionamento harmônico e integrado da unidade, para a promoção de um ambiente tecnicamente adequado para os atendimentos clínicos- cirúrgico, o acolhimento dos animais e a gestão eficiente da rotina administrativa. A solução contempla quatro grupos principais de bens, descritos a seguir:

9.2.1. Itens de informática, sendo um computador completo com monitor e estabilizador, com o objetivo de viabilizar o registro de prontuários, emissão de documentos e apoio às atividades administrativas da unidade, promovendo a digitalização dos processos e a rastreabilidade das ações de vigilância e atendimento;

9.2.2. Mobiliário de escritório, constituído por mesas, cadeiras e armários, destinado tanto ao atendimento clínico quanto à administração e recepção, necessários para a ambientação e organização do espaço de atendimento e suporte administrativo;

9.2.3. Equipamentos médico-veterinários hospitalares, incluindo armário vitrine, maca em aço inox com leito removível, balança eletrônica para pet e kits cirúrgicos básico com 43 itens, indispensáveis para a realização de procedimentos clínicos, cirúrgicos e de suporte à saúde animal.

9.2.4. Material veterinário para resgate e abrigo de animais, composto por caixas de transporte e canil em aço inox, destinados ao manejo seguro e transporte adequado e alojamento temporário dos animais, garantindo o bem-estar, proteção e segurança durante os atendimentos.

9.3. Não haverá necessidade de manutenção ou assistência técnica para os bens a serem adquiridos, uma vez que as empresas contratadas deverão manter a garantia de cada item por no mínimo 12 (doze) meses, responsabilizando-se pelo saneamento dos vícios que porventura ocorrer.

9.4. Com relação a execução do objeto, cada contratada deverá entregar os bens dentro do prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contados da ordem de fornecimento, em remessa única no almoxarifado da SEMUS, obedecendo o horário de entrega, de segunda à sexta-feira, das 8:00h às 15:00h, realizar a montagem, quando necessária, nas dependências da Unidade de Vigilância em Zoonoses (UVZ) e assegurar que os itens estejam devidamente instalados, testados e em pleno funcionamento.

9.5. Em síntese, a presente solução consiste na aquisição planejada de bens permanentes e materiais específicos, fundamentais à implantação e operação inicial do ambulatório médico-veterinário da Unidade de Vigilância em Zoonoses (UVZ). Essa estrutura permitirá a realização de atendimento clínicos, cirúrgicos, ações de vigilância sanitária e cuidados



médicos aos animais sob a guarda da administração pública.

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 10.1.** A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais permanentes diversos, agrupados por similaridade e finalidade em quatro lotes distintos, compreendendo: equipamentos hospitalares veterinários, materiais para resgate e abrigo de animais, equipamentos de informática e móveis para escritório. Os itens foram organizados de forma a atender às necessidades específicas da Administração Pública de maneira padronizada, funcional e economicamente vantajosa.
- 10.2.** Nos termos do Art. 40, § 3º da Lei nº 14.133/2021, o fracionamento da contratação deverá ser adotado sempre que tecnicamente viável, salvo quando comprovada a maior vantagem da contratação unificada. Em atendimento ao dispositivo legal, **opta-se pelo não parcelamento dos lotes** ora apresentados, com fundamento nos incisos I e III do referido parágrafo;
- 10.3.** Isto se dá em razão da **redução de custos de gestão contratual (inciso I)**, em que a centralização da contratação por lotes homogêneos permitirá que a Administração celebre contratos com menor número de fornecedores, o que implicará **menor esforço administrativo** com processos de fiscalização, recebimento, conferência, pagamento e eventual gestão de garantias. Esse modelo evita a dispersão contratual e possibilita maior controle sobre prazos, qualidade dos produtos e responsabilidades do fornecedor, **reduzindo significativamente os custos operacionais e administrativos da gestão pública.**
- 10.4.** Também, considerou a Padronização dos Materiais (**inciso III**), em que a contratação em lotes agrupados por tipo de item garante a aquisição de materiais **tecnicamente compatíveis entre si**, com **padrão unificado de qualidade, desempenho e características físicas e funcionais**. Isso é essencial para assegurar a uniformidade dos equipamentos hospitalares e mobiliário, compatibilidade técnica entre os equipamentos de informática e homogeneidade nos materiais utilizados nas atividades de acolhimento e resgate de animais.
- 10.5.** Portanto, a opção pela contratação agrupada por lotes, sem o parcelamento dos itens que os compõem, **atende aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade** para a Administração Pública, ao mesmo tempo em que preserva a competitividade entre os licitantes, visto que os lotes foram organizados de forma racional, considerando afinidade técnica, funcionalidade e destinação dos bens.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 11.1.** Com a aquisição espera-se:



11.1.1. Instalação e funcionamento do primeiro ambulatório veterinário da UVZ;

11.1.2. Melhoria nas condições estruturais e funcionais da unidade;

11.1.3. Atendimento digno e eficaz aos animais resgatados e sob tutela do município;

11.2. Cumprimento das determinações constantes no plano aprovado judicialmente.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

12.1. A administração deverá assegurar a capacitação prévia dos servidores designados, garantindo que estejam aptos a exercer as funções de gestão e fiscalização técnica, administrativa e financeira do contrato.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E /OU INTERDEPENDENTES

13.1. No presente estudo técnico preliminar, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que impactem ou estejam associadas à execução deste objeto.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Os impactos ambientais decorrentes da contratação são, em sua maioria, positivos e alinhados aos princípios da sustentabilidade.

14.2. Conforme previsto no item 5.9 deste instrumento, a contratação dará preferência a fornecedores e produtos que adotem práticas sustentáveis, tais como uso de embalagens com menor impacto ambiental e equipamentos energeticamente eficientes.

14.3. A estruturação do ambulatório contribuirá para o controle ético e humanitário da população de cães e gatos, reduzindo o número de animais soltos nas vias públicas e, consequentemente, os impactos ambientais decorrentes de resíduos biológicos.

14.4. Os potenciais impactos negativos podem ser adequadamente mitigados por meio de medidas técnicas, operacionais e de gestão, como a implantação de um Plano de Gerenciamento de Serviços de Saúde (PGRSS), em conformidade com a Lei Municipal nº 4.996, de 17 de julho de 2008, e a adoção de boas práticas de consumo sustentável e economia de recursos naturais no ambiente de trabalho.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

15.1. Considerando a análise de mercado realizada, a definição precisa do objeto, a disponibilidade de fornecedores no mercado nacional, a existência de recursos orçamentários e a essencialidade dos materiais para a estruturação do espaço físico, bem como para a continuidade e o aprimoramento dos serviços veterinários prestados pela Unidade de Vigilância em Zoonoses, declara-se a viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação pretendida.



- 15.2.** A contratação atende ao interesse público, encontra-se em consonância com os recursos disponibilizados por decisão judicial e cumpre os requisitos legais previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo economicidade, eficiência e legalidade ao processo.

16. RESPONSÁVEIS

Nome: Regina Célia Oliveira Fróz

Matrícula: 16194

Cargo: Médica Veterinária



Documento assinado digitalmente

FRANCELENA DE SOUSA SILVA

Data: 17/11/2025 16:46:43-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nome: Francelena de Sousa Silva

Matrícula: 26997

Cargo: Superintendente de Vig. Epidemiológica e Sanitária/SVES/SEMUS



Documento assinado digitalmente

REGINA CELIA OLIVEIRA FROZ

Data: 17/11/2025 16:04:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Prefeitura de São Luís
Secretaria Municipal de Saúde
Superintendência Vigilância Epidemiológica e Sanitária/SEMUS



ANEXOS



SUMÁRIO

1.....	Anexo 1 (Plano de Ação)
2.....	Anexo 2 (Pesquisa de preços e memórias de cálculos)
3.....	Anexo 3 (Especificação dos itens e valores estimados)
4.....	Análise de Riscos